



# Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Avaliação do Plano Plurianual  
Compras Governamentais  
Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública  
Gestão da Política na Área de Planejamento  
Gestão de Recursos Humanos e Democratização das Relações  
de Trabalho no Setor Público  
Gestão do Patrimônio Imobiliário da União  
Gestão do Plano Plurianual  
Gestão dos Orçamentos da União  
Gestão Pública para um Brasil de Todos  
Governo Eletrônico  
Inclusão Digital  
Informações Estatísticas e Geocientíficas  
Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas  
Recenseamentos Gerais

## SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2005, do total previsto para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, foi utilizado R\$ 1,8 bilhão para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

<b>Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):</b>	R\$ 2.199.280.761,00	<b>Realizado orçamentário<sup>1</sup>:</b>	R\$ 1.778.031.714,00
<b>Recursos não orçamentários previstos:</b>	-	<b>Realizado não orçamentário:</b>	-
<b>Total previsto:</b>	R\$ 2.199.280.761,00	<b>Total realizado:</b>	R\$ 1.778.031.714,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R\$ 255,3 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R\$ 186,3 milhões.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

Os principais resultados obtidos pelo conjunto dos programas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em 2005 a serem destacados foram:

- Realização de 114 oficinas para a elaboração de planos gerenciais dos programas do PPA, beneficiando mais de 210 programas e cerca de 1.700 pessoas envolvidas no gerenciamento dos programas e ações.
- Avaliação de 374 programas do PPA avaliados em relação à sua execução e gestão no ano base 2004.
- Encaminhado o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2006 (LDO), ressaltando o processo participativo de diversos agentes para sua construção, tais como: Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda; Secretaria Federal de Controle/Controladoria Geral da União da Presidência da República; Secretarias de Gestão, Logística e Tecnologia da Informação, Recursos Humanos, Planejamento e Investimentos Estratégicos, Orçamento Federal e Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Administração dos Ministérios Setoriais.
- Encaminhado o Projeto de Lei Orçamentária Anual 2006, o Orçamento de Investimento das empresas estatais, os atos normativos referentes aos créditos orçamentários adicionais para 2005 e à fixação de limites para a programação orçamentária e financeira do Poder Executivo.
- Recompuestos os recursos do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD-X) para o triênio 2005-2007, num total de aproximadamente US\$ 5,3 bilhões. O Brasil participou de todas as recomposições de recursos, num montante

<sup>1</sup> A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

acumulado de cerca de US\$ 162 milhões e participação do Brasil no Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN II), com uma contribuição de US\$ 8,331 milhões.

- No levantamento de dados censitários, destaca-se a correção de endereços em 38.000 setores censitários, por meio do Projeto Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE), equivalente a 91% do total dos endereços levantados no Censo 2000.
- Pesquisas Conjunturais - Foram divulgados 140 resultados, visando ao acompanhamento da economia para o comércio (Pesquisa Mensal de Comércio -PMC), para a indústria (Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física – PIM-PF e de Emprego e Salário - PIMES) e, ainda, um conjunto de pesquisas para a agropecuária, onde se destaca o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA).
- Publicado o “Radar Social”, instrumento-síntese de vigilância das condições de vida da população brasileira.
- Implantado o Sistema de Controle de Diárias e Passagens e elaborada a regulamentação do pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, tornando obrigatória sua utilização pela Administração Federal (Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005).
- Consolidação e expansão da INFOVIA em Brasília.
- Foram concluídas 21 propostas de reestruturação de planos de cargos e de carreiras.
- Elaborados 27 projetos estaduais, nos quais se planeja a execução de ações voltadas para a eficiência e transparência administrativa, com vistas a elevar a qualidade do gasto público, via Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE).
- Beneficiadas 656 famílias mediante contrato de cessão sob o regime de aforamento gratuito.
- Implantação do Projeto Orla mediante celebração de 15 convênios de cooperação técnica.
- Arrecadação Patrimonial de R\$ 237,8 milhões, com redução do estoque de processos e dos valores de débitos em aberto em cerca de R\$ 88 milhões.

### ASPECTOS RELEVANTES

As principais restrições que dificultaram a implementação da programação dos órgãos estão relacionadas às seguintes questões: recursos materiais insuficientes nas equipes executoras; recursos orçamentários insuficientes; infra-estrutura inadequada na equipe gerencial e nas equipes executoras; quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras; insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial e das equipes executoras; dificuldades em licitações e celebração de contratos e de convênios; contingenciamento orçamentário; ausência de integração e articulação entre os gerentes de programa e coordenadores de ações dos programas multissetoriais.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

## AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

### OBJETIVO

Avaliar os programas e o plano plurianual, visando o aperfeiçoar continuamente sua gestão, subsidiar o processo de revisão anual e orientar a elaboração dos orçamentos.

### PÚBLICO-ALVO

Governo.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 2.070.000,00	Empenho Liquidado: R\$ 53.283,00
	Pago estatais: -
	Total: R\$ 53.283,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo “Gestão de Políticas Públicas”.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

A avaliação do Plano Plurianual (PPA) é um processo contínuo que, implementado de forma participativa, busca aperfeiçoar a gestão pública, sob a perspectiva dos resultados para o cidadão. O programa tem o intuito de incorporar definitivamente a avaliação dos programas e do PPA no ciclo de gestão do gasto, visando à melhoria do desempenho dos programas e promoção do aprendizado das equipes gerenciais, além de prestar contas ao Congresso Nacional e à sociedade.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

- Avaliação de 374 programas do PPA em relação à sua execução no ano base 2004, 100% da meta estabelecida pelo exercício.
- Implantação do Sistema de Monitoramento e Avaliação do Governo Federal, instituído pela Portaria Interministerial nº 10 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), com o desenvolvimento de um plano de trabalho para 2006 que permitirá a ampliação do escopo e da qualidade das atividades de avaliação conduzidas pelo Governo Federal.

Encontram-se em andamento duas iniciativas. A primeira refere-se à realização de avaliações para programas prioritários. Em agosto de 2004, elaborou-se um termo

de referência onde se estabeleceram critérios para a seleção de três programas a serem avaliados, a partir de métodos científicos de pesquisa avaliativa. Todavia, em janeiro de 2005, a Portaria Interministerial nº 10 do - MP instituiu a Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA, cujas atribuições incluíram a seleção de programas a serem objeto de avaliação específica. O atraso ocorreu devido ao estabelecimento de um longo processo de discussão no âmbito da CMA para definir os critérios de seleção dos programas a serem avaliados, que permitiram a hierarquização dos programas do PPA. Além disso, discutiu-se a forma de realização das avaliações, incluindo o debate sobre a necessidade/oportunidade de contratação de instituições especializadas em avaliação de programas. Tal encaminhamento levou a postergação da realização das avaliações específicas. Em 2006, a CMA aprovou a seleção dos programas, o que permitirá a realização das avaliações específicas.

A segunda diz respeito ao estabelecimento de metodologia para elaboração de planos de avaliação para os programas do PPA. Foi desenvolvido projeto básico para a contratação de consultoria especializada destinada a esse fim, que não foi aprovado na Comissão de Monitoramento e Avaliação do PPA. Dessa forma, optou-se pelo desenvolvimento dessa metodologia a partir do desenvolvimento de um Projeto-Piloto para aplicação de exame de avaliabilidade em um dos programas selecionados para avaliação específica.

### **DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)**

Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial: o programa enfrentou problemas relacionados ao Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), que acarretaram atrasos, falhas e perda de qualidade no desenvolvimento, manutenção e utilização do módulo de avaliação do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN).

Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras: as atividades que serão implantadas em 2006, decorrentes do Plano de Trabalho aprovado na Câmara Técnica de Monitoramento e Avaliação (CTMA), indicam a necessidade de reforço imediato da equipe, preferencialmente das carreiras de Analista de Planejamento e Orçamento ou de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

### **OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O ano de 2005 representou um marco para as atividades relacionadas à função de avaliação no âmbito do Governo Federal, a partir da instalação efetiva do Sistema de Monitoramento e Avaliação do PPA, previsto na Lei que instituiu o PPA 2004-2007.

O Sistema de Avaliação do Plano Plurianual é composto pela Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual (CMA) e pelas Unidades de Monitoramento e Avaliação (UMAs) de cada Ministério ou órgão equivalente. A CMA, órgão colegiado de composição interministerial, com representantes da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério da Fazenda, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Cabe à CMA elaborar propostas de normas e procedimentos gerais, relativos ao monitoramento e à avaliação dos programas integrantes do PPA no âmbito do Poder

Executivo, assim como oferecer elementos técnicos que orientem o processo de alocação de recursos orçamentários e financeiros e a revisão dos programas, com vistas ao alcance dos resultados. Especificamente, a CMA tem o dever de estabelecer diretrizes gerais para a implantação de metodologias de avaliação dos programas e para aperfeiçoamento e integração de sistemas de informações gerenciais; selecionar programas a serem objeto de avaliação específica, sem prejuízo de outros cujas avaliações sejam de interesse dos órgãos setoriais; avaliar as propostas de aperfeiçoamento da metodologia de avaliação anual dos planos plurianuais e dos programas selecionados; acompanhar o conjunto de avaliações de programas desenvolvidas pelos órgãos setoriais; definir os critérios de análise de projetos de grande vulto; e examinar a viabilidade técnica e socioeconômica de projetos de grande vulto.

## RECOMENDAÇÕES

- Na revisão de 2005, foram fundidos os programas “Avaliação do Plano Plurianual”, “Gestão do Plano Plurianual” e “Gestão dos Orçamentos da União”. A fusão dos programas e de suas ações se justifica pela necessidade de ampliar os esforços conjuntos da SPI/MP e da SOF/MP no sentido de fortalecer o ciclo de gestão, mediante a integração de procedimentos e realização de avaliação conjunta dos programas de governo, com foco na melhoria da qualidade da programação e da gestão dos recursos orçamentários.

## COMPRAS GOVERNAMENTAIS

### OBJETIVO

Otimizar os processos de contratação de bens, obras e serviços no âmbito do Governo Federal.

### PÚBLICO-ALVO

Órgãos e entidades da Administração Pública Brasileira, entidades conveniadas, fornecedores e prestadores de serviços.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 20.728.000,00	Empenho Liquidado: R\$ 18.333.637,00 Pago estatais: - Total: R\$ 18.333.637,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR

Este programa não possui indicador, por ser do tipo “Gestão de Políticas Públicas”.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O mundo moderno apresenta novas oportunidades e inúmeros desafios aos Estados Nacionais. Um dos desafios é a promoção do desenvolvimento econômico-social sustentável. Dentro desta ótica, ações que visem à otimização dos processos de contratação de bens, obras e serviços, com seus impactos positivos sobre a redução de custos, agilização de processos e transparência, são fundamentais para a eficiente gestão pública.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

- Modernização do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) e do Portal de Compras do governo federal (COMPRASNET).
- Ampliação da utilização de compras eletrônicas no âmbito dos Sistemas de Pregão Eletrônico e Presencial e Cotação Eletrônica de Preços.
- Implantação do Portal de Medicamentos.
- Descentralização e Especialização da Catalogação de Materiais.
- Registro de contratos e convênios dos órgãos integrantes do Orçamento Geral da União (LDO 2004).
- Desenvolvimento, em conjunto com o Ministério da Defesa, do Sistema Nacional de Catalogação – SINACAT.
- Implantação do Sistema de Controle de Diárias e Passagens.

- Projeto de Lei para a Revisão da Lei Geral de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666, de 1993), que tem por objetivo ampliar a utilização de meios eletrônicos, centralizar e disponibilizar tanto o cadastro de fornecedores (licitantes) e o Sistema de Registro de Preços, bem como agilizar os procedimentos burocráticos licitatórios, fundamentalmente no que concerne aos procedimentos recursais, inclusive facultando a inversão de fases para as outras modalidades licitatórias.
- Projeto de Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas - MPE's, que contém capítulo específico sobre compras públicas estabelecendo tratamento jurídico favorecido, simplificado e diferenciado para MPE's nas contratações públicas. A proposta foi desenvolvida no âmbito do Grupo de Trabalho interministerial na Casa Civil, a partir de proposta original desenvolvida em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e a Confederação Nacional dos Municípios.
- Anexo de Regulamentação do Protocolo de Compras Públicas do Mercosul, que contém Tabela de equivalência documental, que será exigida das empresas do bloco nas licitações nacionais abrangidas pelo protocolo e demais requisitos (uniformização de conceitos, informações que serão prestadas, etc.) para a operacionalização do Protocolo. Proposta desenvolvida no âmbito de Grupo de Trabalho internacional e assinada pelos Estados-parte.
- Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, tornando obrigatória sua utilização pela Administração Federal.
- Decreto nº 5.504, de 05 de agosto de 2005, que determina a obrigatoriedade do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para as contratações de bens e serviços comuns realizadas com verbas públicas repassadas voluntariamente pela União por meio de convênios ou outros instrumentos congêneres.
- Portaria SLTI/MP nº 4, de 7 de julho de 2005, que estabelece os procedimentos para adesão ao acesso e utilização do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, visando desburocratizar o processo de acesso e utilização pelos órgãos, entidades e empresas da administração pública no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, não integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG.

## **DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)**

**Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial e nas equipes executoras:** a infra-estrutura de rede do MP é muito deficiente e lenta.

**Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras:** os sistemas são operacionalizados por equipes terceirizadas, nem sempre com a qualificação desejada.

**Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial:** a equipe é inadequada para a implantação do sistema e suporte operacional e para o gerenciamento orçamentário, inviabilizando a implementação da ação "Sistema de Controle de Obras Públicas".



**Contingenciamento orçamentário:** inviabilizada a implementação da ação do Sistema de Controle de Obras Públicas.

**Dificuldades de celebração de convênios na gerência:** o processo devia ser automatizado, face à burocracia excessiva e ao tempo de assinatura muito longo.

## **OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Não há.

## **RECOMENDAÇÕES**

- Inclusão da ação “Desenvolvimento e Implementação do Novo Sistema de Compras”.

## DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS EM GESTÃO PÚBLICA

### OBJETIVO

Aumentar a capacidade governamental na gestão das políticas públicas por meio do desenvolvimento das competências de seus servidores.

### PÚBLICO-ALVO

Servidores da Administração Pública, dirigentes e carreiras estratégicas.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 17.478.115,00	Empenho Liquidado: R\$ 14.207.919,00 Pago estatais: - Total: R\$ 14.207.919,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. NÚMERO DE HORAS EM TREINAMENTO

**Unidade de medida:** hora

**Último índice apurado:** 11.939 em 22/02/2006

**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Considerando-se a necessidade de aumentar a capacidade de governo, faz-se urgente a profissionalização e melhoria da qualidade do serviço público no país. A Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), conhecendo as necessidades de governo e capacitada para a prospecção e inovação, pode e deve se tornar a primeira opção em capacitação de dirigentes públicos. Diferentemente do conteúdo ministrado pelas Universidades, o programa deve produzir estudos e pesquisas que subsidiem reformulações de procedimentos e decisões do governo federal, bem como atendam prontamente a problemas estratégicos de gestão pública. Este programa visa a suprir as lacunas relativas à disseminação de conceitos e tecnologia inovadores que aumentem a competência e a capacidade de resolver problemas nas áreas de governabilidade, governança e gestão de políticas públicas.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Oferecimento de cursos de desenvolvimento gerencial à distância ou de modo presencial que capacitaram 17.251 servidores com orçamento próprio da ENAP e 1.883 servidores com recursos providos de destaque orçamentário, superando a meta em 28% e 44%, respectivamente.
- Capacitação de cerca de 250 servidores do Curso de Aperfeiçoamento de Especialistas de Políticas Públicas e Gestão Governamental.
- Cursos de aperfeiçoamento sob medida para atender demandas de diversos órgãos, tais como Ministério da Saúde (MS), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o que implicou na matrícula de 262 servidores (163,75% da meta), num total de 601 servidores matriculados, considerando-se os cursos realizados por destaque orçamentário.
- Disseminação de 7.127 estudos, pesquisas e publicações, superando a meta em 78,18%, promovendo a difusão de conhecimentos em Gestão Pública.
- Realização de 26 eventos de intercâmbio, representando 104% da meta.
- Construção de 2 laboratórios de informática e de 1 sala de aula com capacidade para 100 alunos; reforma dos 4 anfiteatros; instalações de projetos multimídia nas salas de aula com capacidade para 40 alunos ou mais (em andamento); melhoria de acústica das salas de maior capacidade; investimento na modernização e na segurança da rede de computadores e na revitalização e manutenção dos espaços da Escola.

## DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

**Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras:** a atual estrutura está aquém das necessidades, sendo necessários aportes orçamentários em serviços de infra-estrutura e investimentos para sua melhoria.

**Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras:** há carência de quadro especializado para atender ao crescente aumento da demanda por cursos, especialmente, os cursos sob medida

## OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

## RECOMENDAÇÕES

- Alteração do público-alvo para “Servidores da Administração Pública de carreiras estratégicas e dirigentes com responsabilidade de direção”.

## GESTÃO DA POLÍTICA NA ÁREA DE PLANEJAMENTO

### OBJETIVO

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas de planejamento, orçamento e gestão pública.

### PÚBLICO-ALVO

Governo.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 79.185.661,00	Empenho Liquidado: R\$ 50.513.300,00 Pago estatais: - Total: R\$ 50.513.300,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

Este programa não possui indicador, por ser do tipo “Gestão de Políticas Públicas”.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O momento atual requer nova forma de atuação do Estado, em que as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumem especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

- Elaboração/conclusão dos estudos sobre: demanda e carregamento da malha de transportes contratados pela VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A; concluídos os estudos de modelagem econômico-financeira do projeto da Ferrovia Norte-Sul; estruturado o projeto do complexo rodoviário BR 116/ BR 324;
- Aperfeiçoamento dos trabalhos relacionados com o ciclo orçamentário, destacando-se, entre eles, a avaliação das Leis de Diretrizes Orçamentárias, a análise da rigidez orçamentária e o aperfeiçoamento e sistematização do Anexo de Riscos Fiscais da LDO.
- Acompanhamento e avaliação das políticas e diretrizes globais dos organismos financeiros internacionais de desenvolvimento, com vistas a subsidiar a participação de representantes brasileiros nas Assembléias de Governadores e reuniões de Comitês de Diretoria e Diretoria Executiva.
- Elaboração de uma proposta de metodologia para o acompanhamento

da carteira de projetos financiados com recursos externos, com o objetivo de aprimorar os mecanismos de monitoramento, buscando melhorar a qualidade e consistência das informações.

- Recomposição dos recursos do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD-X), com validade para o triênio 2005-2007, num total de aproximadamente US\$ 5,3 bilhões. O Brasil participou de todas as recomposições de recursos, num montante acumulado de cerca de US\$ 162 milhões.
- Garantia da participação do Brasil no Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN II), com uma contribuição de US\$ 8.331 milhões.
- Monitoramento das empresas estatais, com os seguintes resultados: superávit primário das empresas estatais de R\$ 15,6 bilhões; publicado o Balanço Geral da União – Volume IV – ano base 2004; realizado o Seminário “Governança Corporativa: Experiências em Empresas Estatais”; realizado o “Segundo Encontro Latino-americano sobre Governança Corporativa nas Empresas Estatais”; elaborados relatórios de Acompanhamento da Meta Fiscal das Empresas Estatais Federais, relativos à execução bimestral de 2005; publicado o “Perfil das Empresas Estatais” – ano base 2004; analisado o Projeto de Lei de criação da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (HEMOBRAS); realização do 1º “Prêmio DEST/MP de Monografias: Estatais”.
- Supervisionamento dos processos de liquidação das Centrais de Abastecimento do Amazonas (Ceasa/AM) e da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (Geipot) e análise das prestações de contas de 2.946 convênios vencidos, oriundos de órgãos extintos.
- Capacitação de 225 Servidores do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), inclusive de 6 servidores nos níveis de pós-graduação lato sensu, mestrado e doutorado

### DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

**Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras:** as equipes executoras são insuficientes para atender às demandas, em especial no que tange às Parcerias Público-Privadas e às negociações com organismos internacionais. É necessário reforçar as equipes com servidores de carreira (analistas de planejamento e orçamento e gestores de políticas públicas).

**Contingenciamento orçamentário:** os recursos orçamentários foram disponibilizados em torno de 63% do autorizado na Lei Orçamentária Anual (LOA). Não houve liberação total dos recursos necessários em 2005 para as ações de integralização de cotas. Parte do valor previsto no orçamento foi inscrito em restos a pagar e liquidado no início de 2006.

### OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

### RECOMENDAÇÕES

- Alteração da finalidade da ação “4732 – Estudos e Acompanhamento da Estrutura Econômica Brasileira” para: “Propiciar o acesso a informações e estudos relativos à estrutura econômica brasileira que permitam identificar

os possíveis impactos das políticas adotadas sobre a estabilidade e crescimento econômicos, a geração de emprego e seus impactos distributivos e dar suporte técnico e operacional ao Comitê Gestor (CGP) e à Comissão Técnica (CTP) das Parcerias Público-Privadas”.

## GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SETOR PÚBLICO

### OBJETIVO

Implementar ações articuladas que garantam a democratização das relações do trabalho no serviço público, a inclusão de mecanismos de participação, a valorização do servidor público e a melhoria e eficiência na gestão de Recursos Humanos, contribuindo para a expansão da cidadania e o fortalecimento da democracia.

### PÚBLICO-ALVO

Servidores públicos federais.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 60.450.001,00	Empenho Liquidado: R\$ 55.728.836,00 Pago estatais: - Total: R\$ 55.728.836,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

Este programa não possui indicadores, por ser do tipo “Gestão de Políticas Públicas”.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Avalia-se que, durante os últimos dez anos, como reflexo das políticas de diminuição da intervenção do Estado na economia, retirando-se de tarefas por ele outrora desempenhadas, ocorreu a diminuição do número de órgãos públicos federais, com a conseqüente diminuição de seu contingente, com reflexo na gestão de recursos humanos e na qualidade dos serviços prestados. Os últimos anos foram marcados pelo processo de reengenharia produtiva e redesenho do Serviço Público Federal, que implicavam em questões de princípios, sobre as quais não havia possibilidade de negociação, exigindo, conseqüentemente, um processo radical de imposição de modelo.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

- Democratização das relações de trabalho: 12 Mesas Setoriais de Negociação instaladas e mantidas e 82 reuniões de negociação realizadas.
- Reestruturação de carreiras para 2006: 21 propostas de reestruturação de planos de cargos e de carreiras concluídas, 15 Projetos de Lei elaborados e em tramitação e 4 atos de regulamentação de gratificações de desempenho publicados.
- Estudo de diretrizes gerais de planos de carreira: 21 eventos realizados

(palestras, mesas redondas e oficinas de trabalho), 81 técnicos das unidades de recursos humanos dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF) capacitados e 1 Relatório Preliminar do Estudo de Diretrizes Gerais de Planos de Carreira concluído.

- Capacitação dos técnicos e gerentes de Recursos Humanos: 5.040 servidores e dirigentes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC) capacitados.
- Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE): 217 folhas de pagamento processadas no SIAPE, 1 nova funcionalidade implantada no SIAPE e 11 novas funcionalidades em desenvolvimento no SIAPE.
- Auditoria de Recursos Humanos: 7 Auditorias Operacionais realizadas.
- Ouvidoria de Recursos Humanos no âmbito do SIPEC: 5.050 mensagens solucionadas no ano de 2005 e 8 Ouvidorias do Servidor implantadas nos órgãos da APF

### DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

**Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras:** o programa enfrentou sérios problemas em relação à infra-estrutura inadequada de acesso à INTERNET, durante todo o ano de 2005, principalmente nos trabalhos realizados junto ao SIAPE, Ouvidoria do Servidor, Legislação de Pessoal (sítios de consulta) e na Gerência de Administração de Pessoal de Órgãos Extintos (GERAP). A infra-estrutura referente à telefonia também foi precária. A –GERAP, como responsável pelo arquivo, manutenção e conservação do acervo de pessoal de órgãos e entidades da APF direta, autárquica e fundacional, e de empresas públicas e sociedades de economia mista extintos ou em processo de extinção, necessita de ampliação e reparo do espaço físico para melhor acondicionamento, tratamento e higienização desse arquivo, no total de 461.346 dossiês, para cumprir as regras estabelecidas no Código de Classificação de Documentos de Arquivo, instituído pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONAR).

**Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras:** necessidade de equipes gerenciais específicas, em função de suas atribuições técnicas, principalmente nas áreas de Novo SIAPE, Consolidação e Revisão da Legislação de Recursos Humanos e Seguridade Social do Servidor. Em todas as áreas da Secretaria de Recursos Humanos (SRH) há necessidade de ampliação de sua força de trabalho

### OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A Ouvidoria do Servidor tem como público-alvo os servidores públicos federais. Desde a sua inauguração foram recebidas 11.793 mensagens, classificadas em Crítica, Denúncia, Elogio, Reclamação e Sugestão. No exercício de 2005, a Ouvidoria recebeu 4.225 mensagens, sendo que 5.050 foram solucionadas.

Quanto aos mecanismos de participação social, as negociações ocorridas no âmbito da Mesa Nacional de Negociação Permanente envolveram diversas entidades sindicais representativas dos servidores públicos federais e foram consubstanciadas em atos normativos.



## RECOMENDAÇÕES

- Alteração do título da ação “2655 – Capacitação dos Técnicos e Gerentes de Recursos Humanos do Sistema de Pessoal Civil (SIPEC)”.
- Alteração do produto da ação “4064 – Auditoria na área de Recursos Humanos” para “Auditoria realizada”.
- Recuperar a ação “1771 – Implantação do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos” do exercício 2005.

## GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO

### OBJETIVO

Promover a gestão do patrimônio imobiliário da União visando os interesses públicos e sociais e a otimização da geração de receitas e da redução de custos.

### PÚBLICO-ALVO

Sociedade, órgãos e entidades da Administração Pública.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 33.065.133,00	Empenho Liquidado: R\$ 24.527.091,00 Pago estatais: - Total: R\$ 24.527.091,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. NÚMERO-ÍNDICE DE IMÓVEIS REGULARES

**Unidade de medida:** Índice numérico  
**Último índice apurado:** 114,71 em 27/01/2006  
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

#### 2. TAXA DE EVOLUÇÃO DA RECEITA

**Unidade de medida:** Percentagem  
**Último índice apurado:** 13,56 em 26/01/2006  
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

#### 3. VARIAÇÃO DA ARRECADAÇÃO PATRIMONIAL

**Unidade de medida:** Percentagem  
**Último índice apurado:** 11,91 em 30/01/2006  
**Índice previsto ao final do PPA:** 104,50

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Muita baixa. Esse indicador foi implementado no decorrer do Plano Plurianual (PPA 2004-2007), portanto sua avaliação ficou prejudicada.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

A gestão do patrimônio imobiliário da União direcionará seus esforços para o atendimento dos interesses públicos e sociais, por meio de uma política de utilização ordenada das áreas pertencentes à União, que priorize ações de apoio ao desenvolvimento da indústria do turismo, à melhoria da gestão ambiental, ao programa de reforma agrária, à melhoria da qualidade de vida nas grandes cidades e à diminuição do déficit habitacional nacional; uma administração eficaz dos próprios nacionais, evitando desperdícios e reflexos negativos ao Tesouro Nacional; desenvolvimento de mecanismos e ações que ampliem a arrecadação das receitas patrimoniais em níveis que retratem sua real potencialidade; e incremento de ações de modernização dos sistemas de atendimento público que garantam os direitos do cidadão.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- **Programas Sociais e Projetos Especiais – Destinação Socioambiental – Moradia social:** Concurso Caixa Econômica Federal/Instituto de Arquitetos do Brasil (Caixa –IAB) – Versão 2006: Concurso Público Nacional de idéias e Soluções para Habitação Social no Brasil;
- **Arrecadação Patrimonial:** foram arrecadados de R\$ 237,8 milhões, superando a meta para 2005 ( R\$ 230 milhões).
- **Redução do Estoque de Processos e dos Valores de Débitos em Aberto:** até outubro de 2005, os débitos em aberto foram reduzidos em cerca de R\$ 88 milhões, mediante atividades voltadas à análise e qualificação das informações disponíveis e ações concentradas de cobrança.
- **Ampliação da Base Cadastral:** foram cadastrados 11.932 imóveis.
- **Administração de Imóveis:** foram administrados 605.978 imóveis, superando a meta de 2005 (580 mil).
- **Imóveis Transacionados:** foram transacionados 434 imóveis, superando a meta de 200 imóveis para 2005.
- **Redução das Inconsistências Cadastrais:** a meta para o exercício financeiro de 2005 era reduzir as inconsistências cadastrais (CPF, CNPJ, nome do responsável e endereço do imóvel) em 16.065 imóveis, de um universo de 132.956 imóveis. Essa redução atingiu a cifra de 21.039 imóveis, superando a meta em 30,96%.

## DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

**Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras:** o quadro de pessoal da gerência do programa é insuficiente para o exercício de sua missão. Embora aprovada a realização de concurso público para provimento de 250 vagas do Plano de Classificação de Cargos (PCC) da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), os seus efeitos serão sentidos, após o treinamento dos aprovados nas atividades que irão exercer.

**Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial e das equipes executoras:** foi desenvolvido, mas ainda não implementado, um Plano de Capacitação da SPU, a ser utilizado como instrumento norteador da capacitação de seus servidores e do desenvolvimento de um processo de qualificação permanente de seu pessoal para desempenho profissional com as características exigidas pela organização,

compatibilizando os interesses dos funcionários e da Secretaria e contribuindo para o aprimoramento de competências, habilidades e atitudes.

**Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras:** a infra-estrutura é precária e os recursos materiais são insuficientes. Não obstante os resultados já alcançados, permanece ainda o desafio de garantir recursos para: a) adequação/reforma da estrutura física das Gerências Regionais, a partir de padrões que assegurem qualidade, tempestividade e eficiência na prestação de serviços; b) aquisição de equipamentos essenciais, como GPS de alta precisão, máquinas fotográficas digitais, impressoras, etc; c) revisão da rede lógica existente e sua integração à rede do MP; e d) aparelhamento e substituição de móveis. O gerenciamento compartilhado de recursos com as Gerências Regionais de Administração – GRAs, do Ministério da Fazenda, representa um importante instrumento de gestão orçamentária e financeira, que inclui a disponibilização de determinados recursos materiais, cujos termos e condições são objeto de reavaliação e aprimoramento, num processo ainda em andamento, no sentido de preservar a normalidade das atividades das GRPUs.

**Atraso na liberação de recursos:** atraso no atendimento de remanejamento de créditos entre as ações, pois após a sua aprovação, não havia tempo hábil para realização do processo licitatório.

**Contingenciamento orçamentário:** o limite para movimentação e empenho fixado, inicialmente, para a SPU era da ordem de R\$ 18 milhões, correspondendo apenas a 54% do orçamento aprovado. Esforço da alta gerência da SPU elevou esse valor para R\$ 24,8 milhões, correspondendo a 75% do orçamento aprovado, insuficiente ainda para o cumprimento da missão SPU.

## OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A gerência do programa dispõe dos seguintes mecanismos de monitoramento da execução física das ações:

- Sistema SSD/DW, baseado em tecnologia Data Warehouse, que integra e organiza os dados do Sistema Integrado de Administração Patrimonial (SIAPA) e do Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet), disponibilizando-os para consulta em ferramenta cliente-servidor ou WEB;
- Reuniões quinzenais do Colegiado da SPU, com a presença rotineira dos dirigentes e coordenadores de ações;
- Sistema de Monitoramento das ações de Regularização Fundiária.

O desenvolvimento do Sistema de Informação e Gestão do Patrimônio da União – SIGPU, previsto para ter início no segundo semestre de 2006, contribuirá, decisivamente, para o aperfeiçoamento dos instrumentos de controle e monitoramento. A conclusão do projeto causará impacto direto na qualificação das atividades desempenhadas pela SPU, segundo padrões de eficácia e eficiência. Esse sistema contemplará a unificação das informações hoje disponíveis em três sistemas distintos, a saber: SIAPA, SPIUnet e Sistema de Controle de Imóveis Funcionais – CIF.

O compartilhamento da gestão do patrimônio público, por meio da construção,

ampliação e consolidação de parcerias, norteia a execução do programa e a priorização de ações e estratégias. A aproximação efetiva do Estado em direção à sociedade, sob a forma de criação de espaços institucionais abertos à participação civil, inverte um modelo de administração pública marcado por práticas patrimonialistas e cartoriais. No Projeto Orla e no programa de Regularização Fundiária, o estabelecimento de parcerias, governamentais e não governamentais, é condição estruturante das ações implementadas.

Na busca de cumprir as diretrizes constitucionais e governamentais de envolvimento da sociedade em decisões do Poder Público, projetos e ações da SPU, que envolvam impacto para a população local, têm sido apresentados e discutidos em audiências públicas. O Projeto Orla e o programa de Regularização Fundiária contemplam, nos respectivos fluxogramas de execução, pactuados com outros atores envolvidos, etapas de consultas/audiências públicas para pactuação das ações que serão desenvolvidas. Na página da SPU na Internet, há um canal de comunicação da SPU/MP com os Usuários e a sociedade. Os principais assuntos tratados são: acompanhamento das solicitações/andamento de processo em tramitação; atualização de endereço; atualização de dados cadastrais; Certidão Negativa de Débitos Patrimoniais; DARF patrimonial; débitos patrimoniais; endereços SPU/GRPU; legislação patrimonial; patrimônio da União; solicitação de informações e serviços; transferência de titularidade de imóvel da União.

O programa concilia duas dimensões estratégicas que têm potencial para replicação em qualquer das esferas da administração pública. De um lado, a formulação e a execução de políticas públicas baseadas na construção de novos arranjos federativos, incluindo a participação efetiva da sociedade civil; e, de outro, a revitalização institucional orientada para a adoção de práticas internas de modernização organizacional e operacional.

Quanto à primeira dimensão, cabe destacar:

- a) A metodologia participativa de planejamento e gestão adotada pelo Projeto Orla, que agrega o conhecimento empírico dos participantes a conceitos e a atividades práticas, levando à percepção das inter-relações entre conflitos e problemas, e, conseqüentemente, à proposição de soluções adequadas à realidade local. Esse tipo de envolvimento participativo constitui um canal privilegiado de articulação entre agentes públicos e comunitários para a conjugação de esforços na gestão das políticas públicas;
- b) O compartilhamento da gestão das ações com prefeituras municipais e governos estaduais, e a participação efetiva da sociedade civil, inclusive na priorização de procedimentos e na definição de fluxogramas operacionais, é uma prática estruturante no âmbito do Programa de Regularização Fundiária de Assentamentos Informais em Imóveis da União.

Quanto à segunda dimensão, podem ser relacionadas as seguintes medidas:

- a) A implementação de uma dinâmica consistente de planejamento estratégico; a revisão e o aperfeiçoamento dos processos de trabalho e dos mecanismos de gestão; o redesenho da estrutura organizacional da SPU; a atualização e a integração de seus sistemas de informações; e
- b) A definição de uma política duradoura de valorização e qualificação

de recursos humanos, com o objetivo de resgatar a motivação pessoal e institucional, cujo instrumento fundamental foi a criação de gratificação de desempenho (GIAPU), baseada no cumprimento de metas estritamente relacionadas à missão da SPU.

## RECOMENDAÇÕES

- Alteração da finalidade e descrição da ação “4852 – Transações Imobiliárias da União de Interesse Público”.
- Alteração da finalidade da ação “0A18 - Desenvolvimento do Projeto Orla”.
- Alteração da finalidade da ação “6738 – Regularização Fundiária de Assentamentos Informais em Imóveis da União”.
- Alteração da fórmula de cálculo do indicador “Variação da Arrecadação da Receita Patrimonial”.

## GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL

### OBJETIVO

Elaborar, gerir a execução e avaliar a gestão e os resultados do Plano Plurianual, visando à melhoria da qualidade do gasto público.

### PÚBLICO-ALVO

Governo Federal, demais esferas de Governo e Sociedade.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 5.733.000,00	Empenho Liquidado: R\$ 3.047.728,00 Pago estatais: - Total: R\$ 3.047.728,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

Este programa não possui indicadores, por ser do tipo “Gestão de Políticas Públicas”.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O programa busca fornecer insumos para a tomada de decisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) quanto à seletividade de programas e à melhor combinação de ações para atingir os resultados esperados pelo Plano Plurianual (PPA). Algumas atividades deste programa merecem destaque, como a elaboração da relação de programas estratégicos, revisada a cada ano, e a elaboração de metas e prioridades para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A ação “Planejamento Territorial” é outra atividade importante para a integração das ações de governo a partir de uma referência espacial comum, bem como para criar referências para parcerias com a iniciativa privada e os Estados e Municípios no contexto do programa “Um Brasil para Todos”.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

- Elaboração dos seguintes documentos: Anexo de Prioridades e Metas do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006; Metas Presidenciais para 2005 e 2006; Mensagem Presidencial e balanços semestrais de governo; Projeto de Lei de Revisão do Plano Plurianual.
- Capacitação de técnicos dos governos municipais para a elaboração de PPAs Municipais.
- Realização da Avaliação Anual do PPA e elaboração do relatório anual de avaliação do PPA.

- Implantação de 2 pactos de concertação (projetos-piloto): Baixo Jaguaribe, no Ceará, e São Joaquim, em Santa Catarina.
- Implantação do novo modelo de gestão do PPA – Decreto nº 5.233, de 06/10/2004.
- Realização de 114 oficinas para a elaboração de planos gerenciais dos programas do PPA, beneficiando mais de 210 programas e cerca de 1.700 pessoas envolvidas no gerenciamento dos programas e ações.
- Realização de três oficinas para o mapeamento de competências gerais e específicas dos gerentes, gerentes-executivos e coordenadores de ação do PPA, além dos técnicos das Unidades de Monitoramento e Avaliação dos diversos Ministérios, como forma de subsidiar a elaboração de um Plano de Capacitação de caráter continuado voltado para a qualificação e aprimoramento profissional desse conjunto de atores.
- O Plano de Capacitação em Gestão do PPA ofereceu oito diferentes cursos divididos em onze turmas que contemplaram 216 participantes entre Gerentes, Gerentes-Executivos, Coordenadores de Ação, Técnicos de UMA e Analistas de Planejamento e Orçamento.
- A realização da Oficina de Boas Práticas – INFRASIG para a disseminação de sistemas gerenciais de apoio à gestão interna e promover o fluxo de informações com qualidade e tempestividade para o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

### DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

**Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras:** o número de analistas ainda é insuficiente para implementar as atividades do programa e apoiar o trabalho das equipes dos demais ministérios envolvidas na implementação dos programas do Plano Plurianual.

Os produtos entregues pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) apresentaram quantidade significativa de problemas, decorrentes principalmente (1) da inexperiência do prestador em relação aos processos de negócio envolvidos; (2) do número insuficiente de profissionais alocados para o desenvolvimento das melhorias de sistemas que foram demandadas; e (3) da coincidência temporal entre atividades de migração do ambiente de Tecnologia de Informação do MP para o SERPRO e de automatização destes importantes e complexos processos de Avaliação e Revisão Anuais do PPA.

### OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Sigplan é utilizado como instrumento de monitoramento. Pode-se destacar que o exercício de 2005 foi marcado por adoção de estratégias que visam à consolidação do processo de monitoramento dos programas do PPA como mecanismo de auxílio na gestão dos programas, mediante o crescimento da utilização do SIGPlan como instrumento gerencial de informações. Essas estratégias se consubstanciaram pela divulgação junto aos setoriais do painel dinâmico de monitoramento, que apresenta os índices de preenchimento, por órgão, da execução física dos localizadores com execução financeira, bem como pela adoção de aviso na página do SIGPlan de “boas práticas” que são mensagens de parabenização aos órgãos que atingem determinados índices de preenchimento da execução física dos localizadores e os percentuais de validação das ações dos programas.



Em 2005 teve seqüência a prática do “planejamento plurianual deslizando”. Anualmente, por meio do Relatório de Avaliação Anual, os programas e ações do PPA passam a contar com as estimativas de valores financeiros e metas físicas para os quatro exercícios subsequentes. Em 2005 o referido relatório traz a programação indicativa para o período 2006-2009. Esta é uma prática inovadora do processo de planejamento que permite a manutenção de um horizonte de médio prazo nas decisões tomadas no presente.

### RECOMENDAÇÕES

- Na revisão de 2005, foram fundidos os programas “Avaliação do Plano Plurianual”, “Gestão do Plano Plurianual” e “Gestão dos Orçamentos da União”. A fusão dos programas e de suas ações se justifica pela necessidade de ampliar os esforços conjuntos da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI/MP) e da Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MP) no sentido de fortalecer o ciclo de gestão, mediante a integração de procedimentos e realização de avaliação conjunta dos programas de governo, com foco na melhoria da qualidade da programação e da gestão dos recursos orçamentários.
- Criação da ação “Desenvolvimento do Novo Sigplan”.

## GESTÃO DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

### OBJETIVO

Garantir a elaboração e execução dos Orçamentos da União.

### PÚBLICO-ALVO

Órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 26.427.250,00	Empenho Liquidado: R\$ 19.877.603,00 Pago estatais: - Total: R\$ 19.877.603,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

Este programa não possui indicadores, por ser do tipo “Gestão de Políticas Públicas”.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

A melhoria da qualidade do gasto público impõe-se como desafio a ser enfrentado pelo governo de modo a criar as condições necessárias para que o Estado cumpra as suas funções com menor dispêndio de recursos e, ao mesmo tempo, melhore a qualidade dos serviços prestados ao cidadão. A gestão integrada do plano e do orçamento incorpora a priorização das atividades estratégicas e o uso intensivo do gerenciamento.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

- Encaminhamento dos seguintes projetos de lei (PLs): PL de Diretrizes Orçamentárias 2006; PL Orçamentária Anual 2006; atos normativos referentes aos créditos orçamentários adicionais para 2005; fixação de limites para a programação orçamentária e financeira do Poder Executivo, também referente a 2005.
- Consolidação do modelo de monitoramento da execução e do processamento de alterações orçamentárias, que permitiu a antecipação dos principais problemas e restrições à execução orçamentária dos programas de governo e a produção de relatórios gerenciais com a situação de cada órgão. Foram processadas aproximadamente 1.142 solicitações de alterações orçamentárias.
- Intercâmbio de informações orçamentárias com o Poder Legislativo por meio do Grupo de Integração de Informações de Planejamento e

Orçamento (GIPO), que atua em duas frentes: Legislação & Normas (compartilhamento e consolidação dos conceitos orçamentários vigentes e proposição de legislação que os ratifique) e Procedimentos & Padrões (regras de negócio para sistemas de informação que tratem os conceitos consolidados, bem como padrões e plataformas tecnológicas necessárias à troca de informações entre os Poderes).

- Cumprimento da meta fiscal monitorado pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF) por meio de avaliações bimestrais de receitas e despesas, consubstanciadas em cinco relatórios desenvolvidos em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional. As avaliações subsidiaram a elaboração dos Decretos voltados à reprogramação do Orçamento.
- Implementado o “Portal SOF”, que tem por objetivo reunir em um único ambiente uma grande variedade de serviços, informações e documentos sobre orçamento público e temas correlatos, voltados para a “comunidade orçamentária” (autoridades federais, estaduais, municipais e distritais, profissionais envolvidos no processo orçamentário, pesquisadores, estudantes, imprensa e qualquer cidadão interessado nas questões orçamentárias).

### DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

**Infra-estrutura inadequada nas equipes executoras:** a infra-estrutura de rede de computadores em utilização no prédio da SOF, onde se materializam os principais produtos do programa, carece de atualização física (instalações e equipamentos) e lógica (sistemas de gerenciamento de rede). A necessidade é efetivamente de troca de alguns dos equipamentos que compõem a “espinha dorsal” da rede (backbone), que já nem dispõem de suporte técnico no mercado devido à sua antigüidade. Trata-se de uma situação de risco que pode eclodir durante qualquer atividade crítica do processo orçamentário.

**Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras:** reduzido número de pessoal nas áreas finalísticas da SOF. O corpo técnico da SOF é composto por Analistas e Técnicos da carreira de Estado de Planejamento e Orçamento. Há uma alta rotatividade dos profissionais da carreira, devido principalmente à migração para as unidades setoriais de planejamento e orçamento ou outros cargos no governo federal. O quadro é agravado pelo fato de ter sido atingido o limite de vagas da carreira com a realização do último concurso, no segundo semestre de 2005.

**Insuficiente qualificação dos recursos humanos nas equipes executoras:** não era prática comum na SOF a identificação e o tratamento das necessidades de capacitação, considerando as competências exigidas para a execução das ações da Secretaria, as estratégias, os planos da organização e as necessidades das pessoas. Melhoria neste quadro já está prevista em ações de gestão de pessoas que serão implementadas ao longo de 2006.

**Dificuldades em licitações e celebração de contratos:** a SOF deslocou o projeto “5918 - Banco de Projetos Orçamentários Regionais” para ser atendido pelo PMPEF - Programa de Modernização do Poder Executivo Federal. A estratégia revelou-se menos eficaz do que se previa inicialmente tendo em vista o extenso conjunto de etapas que a instituição-cliente (no caso, a SOF) deve percorrer desde a elaboração do

Termo de Referência (que detalha os produtos e serviços a contratar), passando pela seleção dos licitantes, até o início efetivo dos trabalhos. A montagem da documentação inicial exige algum grau de especialização por parte do demandante e, na ausência desta condição, são freqüentes os pedidos de ajuste por parte dos especialistas do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, entidade financiadora do projeto. A interlocução é feita sempre por intermédio da UCP - Unidade de Coordenação de Programas (do Ministério do Planejamento) que, por sua vez, também possui capacidade limitada de processamento da documentação que recebe de todos os demandantes.

A gestão do programa apresenta-se, em algumas situações, prejudicada pela baixa governabilidade sobre os recursos e processos de aquisição. Compete à SPOA/MP a gestão dos recursos orçamentários e financeiros, bem como a condução dos processos de viabilização e obtenção de meios essenciais ao cumprimento dos objetivos pretendidos. Estes aspectos constituem-se, em determinadas situações, fatos restritivos à maximização dos resultados esperados, tendo em vista a ocorrência de ajustes ao longo do processo de execução.

## OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Ressalte-se o processo participativo de construção do PLDO: pelo terceiro ano consecutivo, durante dois meses de trabalho, participaram diversos agentes técnicos e órgãos executores numa proposta de LDO que contemplasse posicionamentos e interesses complementares. Foram eles: STN/MF, SPE/MF, SFC/CGU/PR, SEGES/MP, SLTI/MP, SRH/MP, SPI/MP, ASSEC/SE/MP, SPOAs dos Ministérios Setoriais e Diretorias de Programas da SOF/MP. Outro destaque foi o prosseguimento dos esforços de integração entre SIGPlan e SIDOR, com respeito à captação das propostas qualitativas e quantitativas da Revisão do PPA/elaboração do PLOA.

Aperfeiçoamento da gestão do programa e das ações sob sua responsabilidade: 1) adesão da SOF ao Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPública), no último trimestre de 2005; 2) requisição de treinamento à Secretaria de Gestão (SEGES) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conjugando-o à etapa de auto-avaliação da gestão; 3) a SOF fez sua própria avaliação e construiu seu plano de melhoria, que contempla ações em três áreas críticas; e 4) a SOF já está atuando em alguns processos considerados prioritários.

A SOF elaborou um Termo de Referência para Mapeamento dos Processos da Gestão Orçamentária. Pretende-se que o produto deste trabalho auxilie na otimização e na simplificação de processos, exatamente como prevê o Guia de Simplificação, uma das ferramentas de trabalho disponibilizadas pelo GESPública. Neste caso, os resultados só poderão ser aferidos ao longo de 2006.

## RECOMENDAÇÕES

- Na revisão de 2005, foram fundidos os programas “Avaliação do Plano Plurianual”, “Gestão do Plano Plurianual” e “Gestão dos Orçamentos da União”. A fusão dos programas e de suas ações se justifica pela necessidade de ampliar os esforços conjuntos da SPI/MP e da SOF/MP no sentido de fortalecer o ciclo de gestão, mediante a integração de procedimentos e realização de avaliação conjunta dos programas de governo, com foco

na melhoria da qualidade da programação e da gestão dos recursos orçamentários.

- Recuperar as ações “105N – Participação da Sociedade no Processo Orçamentário da União” e “4759 – Promoção de Intercâmbio Técnico com Estados e Municípios em “Gestão Orçamentária”, do exercício 2005, transformando-as em não-orçamentárias.

## GESTÃO PÚBLICA PARA UM BRASIL DE TODOS

### OBJETIVO

Promover ações de desenvolvimento institucional e de otimização da gestão das organizações públicas alinhadas com a nova concepção de gestão pública para fortalecer a capacidade de governo no alcance de seus megaobjetivos constantes do PPA 2004-2007.

### PÚBLICO-ALVO

Administração Pública Federal.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 42.392.876,00	Empenho Liquidado: R\$ 4.172.535,00 Pago estatais: - Total: R\$ 4.172.535,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO DA SECRETARIA DE GESTÃO (SEGES) QUANTO AO APOIO INSTITUCIONAL PRESTADO

**Unidade de medida:** -

**Último índice apurado:** -

**Índice previsto ao final do PPA:** -

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Não foi objeto de mensuração, por ter sido solicitada a sua exclusão quando da revisão do Plano Plurianual (PPA) em 2005.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

A implementação de uma nova gestão pública - ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão - é um dos desafios definidos nas Orientações Estratégicas do Governo com vistas à consecução do megaobjetivo de promover a cidadania e o fortalecimento da democracia. Neste sentido, o programa constitui um centro de geração e implementação de novas práticas e mecanismos voltados para a concepção e institucionalização de modelos de gestão promotores da cidadania. São ações voltadas para a transformação da gestão pública e implementação de mecanismos de controle social sintonizadas com as políticas de governo.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Criação do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA), mediante o Decreto nº 5.378 de 23 de fevereiro de 2005.
- Criação da Câmara de Políticas de Gestão Pública, mediante o Decreto nº 5.383, de 3 de março de 2005.
- Realização de 32 turmas de formação e atualização de consultores da Rede de Consultores do GESPÚBLICA (640 voluntários capacitados) e de 23 turmas de avaliação da gestão para organizações em processo de adesão. Destaca-se o curso ministrado para 17 prefeituras do Estado do Ceará.
- Desenvolvimento de metodologia para análise das estruturas organizacionais da Administração Pública Federal, com vistas a subsidiar decisões a respeito de novos tipos de cargos e funções gratificadas.
- Capacitação de 242 servidores da Carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGC) e 20 servidores lotados nas Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOAs), no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Gerentes Operacionais e Supervisores. Através de educação a distância, foram capacitados 1.500 servidores de nível superior.
- Análise e acompanhamento de 320 processos de nomeação para cargos em comissão do grupo DAS, atendendo ao Decreto nº 5.497, de 21 de julho de 2005.
- Desenvolvimento do modelo de gestão para os Projetos-Pilotos de Investimentos (PPI) e conclusão da primeira versão do Manual de Apresentação de Estudos de Pré-viabilidade de Projetos de Grande Vulto.
- Criação da Comissão Técnica de Monitoramento e Avaliação (CTMA), responsável por apresentar propostas para o Sistema de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual (PPA).
- Implementação de 190 ações de desburocratização nos órgãos e entidades do Executivo Federal.
- Elaboração e disponibilização do Guia de Simplificação, destinado a orientar a análise e melhoria de processos e realização de 10 oficinas de capacitação de multiplicadores desse Guia em Brasília e nos Estados de PE, MA, SC, RO e SP.
- Implementação do Sistema de Informações Organizacionais (SIORG) nos seguintes órgãos: Comando da Marinha e do Exército, Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda, Ministério da Previdência Social, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca e Vice-Presidência da República.
- Elaboração de 33 projetos dos Tribunais de Contas, nos quais se planeja a execução de ações voltadas para o fortalecimento institucional e modernização do sistema de controle externo.
- No âmbito do Programa de Modernização do Poder Executivo Federal (PMPEF), efetivação de contratos de melhoria e modernização nas áreas de redesenho e modelagem de processos, de desenvolvimento de sistemas e políticas de gestão do conhecimento e capacitação de técnicos, na Secretaria de Orçamento Federal (SOF), Secretaria de Patrimônio da União (SPU), Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), Secretaria de Recursos Humanos (SRH), Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), Secretaria de Gestão (SEGES), Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Secretaria de Assuntos Internacionais

(SEAIN) e Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

### DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

**Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial e nas equipes executoras:** o espaço físico apresenta-se inadequado/insuficiente para a alocação das diferentes equipes (Diretorias). Há necessidade de implantação de sistemas informatizados para gerenciamento, fundamentalmente das ações previstas no Plano estratégico da Secretaria.

**Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras:** verifica-se carência de recursos humanos para atendimento às demandas recebidas pela Secretaria. Medidas administrativas estão sendo adotadas para corrigir essa deficiência.

**Insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras:** foi evidenciada no planejamento estratégico a necessidade de capacitação da equipe executora, dada a abrangência dos assuntos trabalhados pela Secretaria. Para atender a esta demanda, está em fase de elaboração o Plano de Capacitação (área de gestão de pessoas).

**Dificuldades em licitações e celebração de contratos:** como a execução de uma parte do orçamento é feita pela SPOA, e os procedimentos licitatórios são de responsabilidade daquela área, a SEGES não tem ingerência direta, o que pode acarretar atrasos e outras questões, conforme identificado no projeto EuroBrasil.

**Contingenciamento orçamentário:** impediu o pleno cumprimento das metas definidas para o programa, ainda que, em algumas ações, os resultados alcançados tenham sido considerados “dentro do previsto”.

### OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

### RECOMENDAÇÕES

- Alteração do título da ação OA21 para “Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal (PENAGE)”.
- Alteração do título da ação 0684 para “Apoio à Modernização do Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros (PROMOEX)”.



## GOVERNO ELETRÔNICO

### OBJETIVO

Ampliar a oferta e melhorar a qualidade da prestação de serviços e informações públicas por meios eletrônicos.

### PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 137.382.682,00	Empenho Liquidado: R\$ 46.703.189,00 Pago estatais: - Total: R\$ 46.703.189,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. NÚMERO DE SERVIÇOS OFERTADOS

**Unidade de medida:** Unidade

**Último índice apurado:** 2.804 em 10/03/2006

**Índice previsto ao final do PPA:** 2.900

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Aparentemente, o alcance da meta se apresenta plenamente factível.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Governos democráticos e participativos encontram nas tecnologias da informação e comunicação – (TICs) ferramentas fundamentais para a desburocratização dos processos de trabalho, para a melhoria da gestão e da qualidade dos serviços prestados, para a democratização do acesso e para um efetivo controle social das ações governamentais. As TICs permitem que o Estado desempenhe suas funções de forma integrada, eficiente e transparente, reduzindo custos administrativo-operacionais e propiciando melhores condições para ações de melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos. O programa “Governo Eletrônico” apresenta, também, um componente de inserção do país no contexto da chamada nova economia e da sociedade da informação. As práticas internacionais mostram que o uso intensivo das TICs pode repercutir na progressiva universalização da oferta e do acesso aos serviços e informações em meio eletrônico – sobretudo na Internet, de forma contínua e ininterrupta -, permitindo a capilarização das ações de governo.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Integração dos sistemas estruturadores e dos cadastros sociais em 2005, com a aplicação de infra-estrutura computacional baseada em plataformas abertas e livres e tecnologias de clusters e grids.
- A infra-estrutura de rede necessária para suportar sistemas e tecnologias, bem como disponibilizar as informações e serviços de governo eletrônico, foi aprimorada pela consolidação e expansão da INFOVIA em Brasília.
- Diagnóstico do “Realinhamento dos Serviços Públicos por Meios Eletrônicos”, que dimensiona com maior precisão as demandas dos clientes cidadão-empresa; consolidado e publicado o Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico e a implantado o “Portal Brasil”, que oferece o acesso a serviços públicos federais, estaduais e municipais.

## DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

**Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial e nas equipes executoras:** dificuldade no domínio dos processos administrativos internos, alto nível de rotatividade dos profissionais terceirizados, dificuldade em obter apoio jurídico para efetivar contratos, convênios, parcerias das unidades jurídicas externas ao programa.

**Quantidade inadequada e insuficiente qualificação de recursos humanos nas equipes executoras:** os recursos humanos alocados à gerência do programa e à coordenação das ações que o compõem estão adequados, enquanto sua função de planejamento, normatização e coordenação. Entretanto, o bom andamento das ações depende diretamente da equipe que efetivamente as executa, ou seja, operacionaliza. Por exemplo, diversas ações do Governo Eletrônico são operacionalizadas pelo SERPRO. Este não consegue atender às demandas a contento, em grande parte por insuficiência de pessoal.

**Dificuldades em licitações e celebração de contratos e convênios na gerência:** há dificuldade em se efetivar convênios e contratos em tempo hábil na condução das ações. O desconhecimento da técnica administrativa correta por parte dos demandantes, a série de trâmites burocráticos a que o processo é submetido, a lentidão no andamento dos processos em suas diversas etapas e a complexidade das exigências jurídicas acabam por dificultar a efetivação de tais instrumentos.

**Conflitos decorrentes de políticas setoriais:** a política de administração de dados e sistemas de cada instituição dificulta a disponibilização dos sistemas ofertados pelo programa. Outro conflito é a definição de papéis na condução das políticas de tecnologia de informação e comunicação no governo.

## OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Quanto aos mecanismos de participação social, o sítio do Governo Eletrônico possui um módulo de Consultas Públicas, desenvolvido pela gerência do programa, que viabilizou diversos projetos conduzidos no âmbito das ações, incluindo as iniciativas: audiências públicas para consolidar a primeira versão do documento de referência da e-PING e do Guia Livre, bem como para as Provas de Conceito das Ações de Integração de Sistemas Estruturadores de Governo e Cadastros Sociais. Os Comitês

Técnicos criados no Comitê Executivo do Governo Eletrônico realizam reuniões periódicas com seus grupos de interesse, a saber: Software Livre, Inclusão Digital, Governo para Governo, Infra-estrutura de Redes, Integração de Sistemas, Gestão do Conhecimento, Gestão de Sítios, Sistemas Legados e Licenças de Software. O programa participa de diversos Conselhos, tais como: Comitê Gestor da Internet no Brasil, o Programa Sociedade da Informação, o Programa Brasileiro de Inclusão Digital, o Comitê de Política Industrial, entre outros.

### RECOMENDAÇÕES

- Exclusão do indicador “Número de serviços ofertados”.
- Alteração do objetivo do programa para: “Propiciar o atendimento eletrônico das necessidades da sociedade (cidadãos, empresas e governos), ampliando, otimizando e consolidando os serviços e as informações on-line prestados pela administração pública”.
- Alteração do público-alvo para “Governo e sociedade”.
- Migração da ação “4919 – Assistência Técnica para a Implantação e Manutenção de Telecentros” para o programa “Inclusão Digital”.
- Exclusão da ação “6867 – Capacitação de Multiplicadores”.
- Exclusão da ação “5270 – Aprimoramento e Normatização do Portal Governo Eletrônico e Sites Coligados”.
- Exclusão da ação “11G3 – Adoção de Novas Tecnologias Computacionais”.
- Alteração da finalidade da ação “4838 – Sistema de Atendimento ao Cidadão por Meios Eletrônicos” para “Facilitar a troca de informações e serviços entre as diferentes esferas de governo (federal, estadual e municipal) e entre elas e a sociedade, buscando possibilitar a democratização do acesso aos serviços e maior participação e controle social sobre as ações governamentais”.
- Alteração do produto da ação “4838 – Sistema de Atendimento ao Cidadão por Meios Eletrônicos” para “Serviços ofertados”.
- Inclusão de dois novos indicadores: “Ministérios da Administração Pública Federal Beneficiados pelo Aprimoramento da Infra-estrutura” e “Índice Geral de Qualidade e Alinhamento dos Serviços de Governo Eletrônico”.

## INCLUSÃO DIGITAL

### OBJETIVO

Promover o acesso às tecnologias de informação e comunicação e ao acervo de informações e de conhecimentos, contribuindo para a inclusão social dos cidadãos brasileiros.

### PÚBLICO-ALVO

Comunidades, jovens e outros segmentos identificados cuja situação socioeconômica imponha dificuldade de acesso aos benefícios das novas tecnologias de comunicação e informação.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 348.233.218,00	Empenho Liquidado: R\$ 100.950.213,00 Pago estatais: - Total: R\$ 100.950.213,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. TAXA DE ACESSO A MICROCOMPUTADOR NAS FAMÍLIAS DE MENOR RENDA

**Unidade de medida:** Percentual (%)

**Último índice apurado:** -

**Índice previsto ao final do PPA:** 17

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Ainda não é possível apurar o percentual alcançado, tendo em vista que os dados de 2005 somente serão disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em setembro de 2006, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

### CONTEXTUALIZAÇÃO

A estratificação social e o acúmulo de riqueza se dão cada vez mais, no país, em função da capacidade de acessar e processar conhecimento. A inserção brasileira na sociedade do conhecimento não ocorre de forma linear nem igualitária. Princípios fundamentais como justiça social, igualdade de oportunidades e a própria democracia passam a ser influenciados pelo acesso às tecnologias de informação e comunicação que são o principal meio para se adquirir, interpretar, expressar, produzir e organizar o conhecimento, colocando-o a serviço de interesses e necessidades. Por isso este tema é central para o desenvolvimento do país e da sociedade. O acesso cotidiano às

redes e aos equipamentos e o domínio das habilidades relacionadas às tecnologias de informação e comunicação são requisitos indispensáveis à integração social, à atividade econômica e ao fortalecimento da cidadania. A atuação do governo em parceria com a sociedade na promoção da inclusão digital é um componente do esforço nacional em direção à inclusão social e ao aumento da competitividade estrutural da economia brasileira. Apesar do dinamismo alcançado pela disseminação da Internet e das tecnologias de informação e comunicação no segmento empresarial, o número de usuários de Internet no Brasil é estimado em apenas 14,3 milhões de pessoas, concentrados nos segmentos de alta renda. Dessa forma, a exclusão digital se combina com a herança persistente da desigualdade socioeconômica, exigindo ações integradas de amplo alcance voltadas para a cidadania.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

- Início da fase de implementação das unidades de recondicionamento do Centro de Recondicionamento de Computadores (CRC), previstas no projeto “Computadores para Inclusão”.
- Cadastramento dos espaços públicos coletivos de acesso às tecnologias digitais e à Internet sem fins comerciais, em todo o território nacional, incluindo iniciativas públicas, privadas e da sociedade civil, compondo a base de dados do Observatório Nacional de Inclusão Digital (ONID).
- Oferecimento de 50 antenas para conexão via satélite com a Internet, em parceria com o Ministério das Comunicações, a instituições governamentais e não-governamentais.
- Realização da “4ª Oficina para a Inclusão Digital” e da “III Mostra de Inclusão Digital”, que reuniram gestores públicos das três esferas de governo, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada, pesquisadores e estudiosos do tema e agentes locais de inclusão digital, tendo como foco principal a aproximação da sociedade civil aos representantes governamentais para discussão, troca de experiências e apresentação de casos de sucesso.

### DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

**Contingenciamento orçamentário:** reavaliação e redimensionamento de algumas ações, devido ao contingenciamento de recursos orçamentários.

**Dificuldades em licitações e celebração de contratos:** por lentidão nos processos internos.

**Dificuldades de celebração de convênios na gerência:** lentidão na celebração de convênios devido à falta de procedimentos padronizados que facilitem e agilizem o processo, além de interpretações diferentes de normas por setores internos.

### OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Comitê de Inclusão Digital, em suas reuniões e em reuniões de subgrupos, acolheu a participação de parceiros da sociedade, que influenciaram no desenho das ações.

### RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

## INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOCIENTÍFICAS

### OBJETIVO

Fornecer informações demográficas, sociais e econômicas, com vistas ao conhecimento da realidade do País.

### PÚBLICO-ALVO

Governo e sociedade.

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 40.432.220,00	Empenho Liquidado: R\$ 29.936.311,00 Pago estatais: - Total: R\$ 29.936.311,00
<b>Previsto não orçamentário</b> R\$ 4.296.000,00	<b>Realizado não orçamentário</b> R\$ 1.544.058,22

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA INDICADOR(ES)

#### 1. TAXA DE DIVULGAÇÃO DE PESQUISAS

**Unidade de medida:** Percentual (%)

**Último índice apurado:** -

**Índice previsto ao final do PPA:** 100

#### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Índice em processo de reavaliação.

#### 2. TAXA DE VARIAÇÃO DE DEMANDA POR INFORMAÇÕES ESTATÍSTICA E GEOCIENTÍFICAS

**Unidade de medida:** Percentual (%)

**Último índice apurado:** 35,19 em 31/01/2006

**Índice previsto ao final do PPA:** 10

#### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Ao longo dos últimos anos, em resposta a uma crescente e diversificada demanda por informações, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vem ampliando para a sociedade a oferta de dados estatísticos e geocientíficos. As demandas dos usuários são feitas por telefone, pessoalmente, por correspondência, nas livrarias e bibliotecas do IBGE e, principalmente, por meio do Portal do IBGE na internet. O número de atendimentos passou de 7.584.724 em 2004 para 10.253.631 em 2005, o que significa um crescimento de 35,19% no período, e 12,19% em comparação com o índice de referência.

Quanto ao índice final do PPA em 2007, esperava-se um desaquecimento da demanda por informações estatísticas e geocientíficas. Porém, considerando-se o freqüente e ininterrupto aparecimento de novas tecnologias aliado à inclusão social, o referido índice apresenta uma forte tendência em superar os 10% inicialmente previsto.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O governo e a sociedade necessitam conhecer a realidade física, humana, social e econômica do Brasil, por meio de estatísticas sociodemográficas e econômicas, mapeamentos e análises geográficas, bem como através da representação sistemática do país, em linguagem cartográfica, com mapas e cartas que retratem a paisagem natural e social do território nacional e a delimitação de áreas legais e operacionais. Essas informações fundamentam ações imprescindíveis à atuação de planejamento, tanto na área pública quanto na iniciativa privada, de forma a contribuir para o processo de desenvolvimento e de consolidação da cidadania.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

O programa “Informações Estatísticas e Geocientíficas” apresentou, ao longo de 2005, um desempenho claramente positivo, mantendo as ações regulares de produção e divulgação de resultados de suas pesquisas conjunturais, estruturais, demográficas e de análises geográficas e ambientais. Além do conjunto dos resultados dessas pesquisas regulares, destacam-se os seguintes resultados alcançados em 2005, relativos à área de estatísticas:

#### **Pesquisas Conjunturais:**

- As pesquisas conjunturais, fundamentais para as ações governamentais no curto prazo, alcançaram 99,29% de execução física, com a divulgação de 140 resultados dos 141 previstos. Para fins de acompanhamento da economia, além das Contas Nacionais Trimestrais, o IBGE disponibiliza resultados mensais para o comércio (Pesquisa Mensal de Comércio - PMC), para a indústria (Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física – PIM-PF e de Emprego e Salário - PIMES), e, ainda, um conjunto de pesquisas para a agropecuária, onde se destaca o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA. Os índices mensais do Sistema Nacional de Índices e Preços ao Consumidor – SNIPC revelam a variação dos preços na economia, merecendo ainda menção, nessa área, as informações provenientes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI.

#### **Pesquisas Sócio-demográficas:**

- No âmbito das pesquisas sociais cita-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2004 - Volume Brasil”, que contém resultados que, pela primeira vez, abrangem todo o território nacional, com a inclusão da área rural dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima. Merece destaque a divulgação da “Síntese de Indicadores Sociais 2004”. Este trabalho reúne um significativo conjunto de indicadores sobre a realidade social brasileira, abrangendo informações sobre saúde, educação, trabalho e rendimento, domicílios, famílias, grupos populacionais específicos e trabalho de crianças e adolescentes, entre outros aspectos. A elaboração e sistematização dos indicadores atende a recomendações internacionais

e contribui para a compreensão das modificações do perfil demográfico, social e econômico da população.

- Destacam-se, ainda, as informações anuais do Sistema de Estimativas e Projeções da População; das Estatísticas do Registro Civil; do corpo básico da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD; e do acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho através dos resultados da Pesquisa Mensal de Emprego – PME.
- No que se refere à necessidade de resultados específicos para os Municípios brasileiros, o IBGE também vem disseminando, anualmente, as informações da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, que consiste em levantamento feito anualmente junto às prefeituras municipais de todo o Brasil, com vistas a fornecer dados sobre a administração pública municipal, permitindo a investigação de temas específicos através da aplicação de quesitos suplementares ao seu corpo básico.
- Como integrante do grupo de trabalho encarregado da definição de linhas de indigência e pobreza, coordenado pela Casa Civil, o IBGE, junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), deu continuidade aos trabalhos de definição de metodologia de cálculo de linha de pobreza absoluta, inicialmente proposta pelo IPEA com base nos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002-2003 e da PNAD.

#### **Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais:**

- Confecção do Mapa da Fauna Ameaçada de Extinção – Aves, escala 1:5.000.000;
- O Mapa da Infra-Estrutura de Transportes 2005 – Brasil – escala 1:6.000.000, divulgado na Internet, o qual retrata as redes de transportes, portos, aeroportos e unidades de estocagem;
- O Volume 35 da Série Levantamento de Recursos Naturais, elaborada pelo Projeto RADAMBRASIL. R10 – 1;
- A Carta de Hidrogeologia da Região Nordeste, escala 1:250.000.

#### **Mapeamento Topográfico de Referência:**

- No Mapeamento Geográfico, foram produzidos e disponibilizados à sociedade, através da Internet, os mapas estaduais políticos da Bahia, Maranhão e Mato Grosso do Sul, além dos Mapas da Região Sul e Norte.
- No Mapeamento Municipal, foram atualizados em campo 2.300 Municípios e, em gabinete, todos os 5.564 Municípios brasileiros.
- Confecção de 8 Cartas Planimétricas e 8 Cartas-Imagem da região do Vazio Cartográfico da Bahia, tendo como insumo imagens do sensor SPOT4.

#### **Sistema Geodésico Brasileiro:**

- A densificação do Sistema Geodésico Brasileiro com a inclusão no Banco de Dados Geodésicos de 835 novas estações, alteração dos dados de 12.227 estações devido a novos processamentos/ajustamentos e visita e manutenção de 2.954 estações;
- A instalação de 3 novas estações da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do Sistema GPS (RBMC), em Porto Velho-RO, Macapá-AP e Manaus-AM e 1 nova estação da Rede Maregráfica Permanente para Geodesia (RMPG), Santana-AP;



- A medição da Rede GPS do Nordeste englobando os Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

### DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

**Infra-estrutura inadequada na equipe gerencial e nas equipes executoras:** o mobiliário na equipe gerencial é antigo e inadequado. A quantidade e as condições da frota do IBGE que, apesar de possuir um número razoável de viaturas - instrumento essencial para as atividades de campo de cartografia e geodésia, não são suficientes para cobrir todas as áreas definidas na estratégia de implementação. Além disto, a frota se encontra envelhecida, dificultando as operações de campo e acarretando em gastos com manutenções. É importante destacar, também, a necessidade de alocação de veículos específicos para as atividades de geociências, tendo em vista o trabalho em áreas acidentadas e de difícil acesso. Defeitos em equipamentos como plotters e servidores, bem como restrições técnicas referentes à capacidade de processamento dos computadores, tem se tornado uma dificuldade relevante, uma vez que tais ferramentas são fundamentais ao desenvolvimento dos trabalhos e elaboração dos produtos, gerando atraso e, conseqüentemente, comprometendo o resultado esperado.

**Recursos materiais insuficientes nas equipes executoras:** equipamentos de medição no campo para a Geodésia muito antigos, sem manutenção e desapropriados para alguns projetos.

**Quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras:** mesmo com a realização dos concursos nos últimos anos, o quadro se encontra deficitário, pois o IBGE passou muitos anos sem realizar concursos para repor o quadro de pessoal.

**Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial e nas equipes executoras:** é necessário um programa contínuo de capacitação do corpo gerencial da instituição, objetivando o desenvolvimento e atualização gerencial em todos os níveis. A capacitação contínua é um ponto crucial também para manter a qualidade e atualidade das informações produzidas. Para os pesquisadores e especialistas o treinamento deve levar sempre em consideração a presença no campo e a participação de especialistas como instrutores.

**Descontinuidade do fluxo de recursos:** a demora na liberação de recursos orçamentários do governo federal, principalmente no início do exercício, prejudica a execução dos cronogramas das pesquisas dentro dos prazos planejados.

### OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

No âmbito das geociências a implantação do processo de monitoramento sistemático das ações possibilitou realizar uma avaliação do planejamento inicial e aperfeiçoá-lo, uma vez que foi possível acompanhar quase em tempo real o andamento da produção. Ademais, forneceu subsídios para elaboração de relatórios periódicos para análise do desempenho, identificação de dificuldades e realizações positivas. Foram feitos alguns ajustes nos formulários de modo a aprimorar a coleta e análises das informações. A periodicidade de acompanhamento foi definida como mensal, de modo a atender a descentralização do Sistema de Informações Gerenciais e de

Planejamento (SIGPLAN) que delegou aos Coordenadores de Ação o preenchimento no sistema das informações pertinentes às ações sob sua responsabilidade.

O programa utiliza como mecanismo de participação social a consulta pública, por meio do portal do IBGE na internet; reuniões com grupos de interesse nas etapas de planejamento das pesquisas; discussão no Conselho do IPCA; reuniões do Conselho Técnico, o qual se constitui um elo de comunicação e controle da sociedade sobre o programa, uma vez que é composto por membros de diversos segmentos da sociedade.

O nível de satisfação dos usuários é mensurado por meio da análise dos resultados obtidos na pesquisa semestral de Satisfação dos Usuários, realizada com os usuários das bibliotecas e livrarias do IBGE em todo o Brasil, objetivando, além de avaliar a qualidade da prestação dos serviços públicos conforme a percepção do cidadão-usuário, orientar também o gestor público quanto às melhorias prioritárias para o usuário do serviço prestado. A pesquisa de satisfação faz parte da Avaliação da Satisfação do Cidadão – uma das linhas do Programa de Qualidade no Serviço Público – utilizando-se para a entrada de dados e análise dos resultados o aplicativo “Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação – IPPS”, versão 1.0, distribuído pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG. A Taxa Geral de Satisfação da Pesquisa de Satisfação dos Usuários, resultado da relação entre a média das notas da avaliação dos serviços e a média das notas da expectativa sobre os serviços, indicou que o IBGE vem oferecendo serviços com qualidade acima das expectativas dos usuários. No 1º semestre, a taxa atingiu um grau de 14,73%, enquanto que, no 2º semestre, atingiu um grau de 14,11%. Esses números mostram elevado grau de expectativa e satisfação do usuário nos serviços e, mesmo havendo distanciamento entre as duas médias, apontam para um bom serviço de atendimento aos usuários do IBGE. Além desta forma, a satisfação dos usuários também é medida pelo uso que os diversos segmentos da sociedade fazem dos resultados das pesquisas, cuja ampla e intensa exploração por parte da imprensa e dos principais usuários indicam um alto nível de satisfação com o programa.

## RECOMENDAÇÕES

- Exclusão da ação “5278 – Pesquisa Domiciliar sobre Vitimização”.
- Alteração da descrição do projeto “5288 – Implantação da Pesquisa Nacional Contínua sobre a Força de Trabalho” para “Apoio ao planejamento (através de consultorias nacionais, internacionais e visitas técnicas) e à realização de testes para a integração da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD e da Pesquisa Mensal de Emprego - PME em uma única pesquisa mensal, a Pesquisa Nacional Contínua sobre Força de Trabalho, que vem a ser uma pesquisa domiciliar nacional contínua”.
- Alteração do título do projeto 11DU para “Revisão do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geociências”.
- Alteração do produto do projeto “11DU – Conferências Nacionais de Estatísticas e Geociências (CONFEST e CONFEGE) para “Plano Geral Revisado”.

## PROSPECÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

### OBJETIVO

Contribuir para a qualidade dos processos decisórios de governo, mediante a provisão de suporte técnico à prospecção dos problemas de desenvolvimento, à formulação, ao monitoramento e à avaliação de ações governamentais e ao aperfeiçoamento do planejamento governamental de médio e longo prazos.

### PÚBLICO-ALVO

Governo e sociedade.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 93.883.654,00	Empenho Liquidado: R\$ 79.564.034,00 Pago estatais: - Total: R\$ 79.564.034,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. ÍNDICE DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO INSTITUTO, NA AFERIÇÃO DE DESEMPENHO DOS ÓRGÃOS DO CICLO DE GESTÃO (GCG)

**Unidade de medida:** Percentual %

**Último índice apurado:** -

**Índice previsto ao final do PPA:** 98,70

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Alta. A probabilidade de alcance do índice previsto é alta, caso o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mantenha o ritmo de produção atual, resultado que depende unicamente do próprio Ipea e do apoio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), não requer eventos ou deliberações alheias ao governo.

#### 2. VARIAÇÃO PERCENTUAL DO NÚMERO DE ACESSOS AO IPEADATA (PROXY DE AVALIAÇÃO PELA SOCIEDADE)

**Unidade de medida:** Percentual (%)

**Último índice apurado:** 28,3 em 10/03/2006

**Índice previsto ao final do PPA:** 14,00

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O atendimento à sociedade prestado pelo Ipea continua crescente, como demonstram não apenas o crescimento do número de acessos ao IPEADATA, mas também aos sites

do Ipea e da revista Desafios do Desenvolvimento. Tendo em vista que prossegue o trabalho de produção e disponibilização de novas informações e conhecimentos, mantém-se a perspectiva de viabilidade do alcance dos resultados de crescimento da prestação de serviços à sociedade originariamente previstos.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O Ipea é uma instituição de governo voltada para subsidiar a elaboração e o aprimoramento das políticas públicas por meio de estudos, pesquisas, formação de dados, indicadores e processos de avaliação da ação governamental. Com base na sua experiência calcada na pluralidade de opiniões e concepções. O Ipea poderá dar contribuição significativa na melhoria da qualidade e consistência dos processos de decisão e de execução do governo, conduzindo suas atividades de pesquisa e de fornecimento de subsídios efetivos para a definição e implementação de estratégias governamentais e ofertando à sociedade elementos para o debate sobre o desenvolvimento nacional.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Lançamento do Estudo “Brasil – Estado de uma Nação”, amplo panorama econômico, social e político-institucional do país. O estudo visou sistematizar um conjunto de informações e conhecimentos relevantes de modo a retratar e analisar a situação do país, a propor uma agenda de questões a enfrentar na busca do desenvolvimento sustentado, com inclusão social e equilíbrio ambiental, e a levar o debate sobre essa agenda a um nível amplo mas elevado. Na sua primeira edição, o projeto teve como tema o crescimento econômico e produziu estudo inédito sobre a Juventude.
- Lançamento do Radar Social, instrumento síntese de vigilância das condições de vida da população brasileira, referenciado nas dimensões sociais da educação, saúde, assistência e seguridade social, trabalho, renda, cultura, segurança, moradia e desenvolvimento urbano, sob o pano de fundo das mudanças demográficas do País. Para cada uma das dimensões sociais, foram identificados os principais problemas e as diferenças associadas a território, gênero, raça ou idade. Ao organizar informações com base na dimensão território, localizou áreas que carecem de desenvolvimento social e de dinamismo na geração de emprego. A atividade foi desenvolvida em parceria com a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI/MP) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- Quanto às atividades de assessoria ao governo, o Ipea acompanhou e analisou o Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 e o Orçamento 2005 e ofereceu apoio técnico ao acompanhamento das Metas do Milênio, programa das Nações Unidas que estabelece metas até o ano de 2015, e à elaboração do segundo Relatório Nacional de Avaliação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. O IPEA participou ativamente da formulação de diretrizes, programas e projetos de governo e de mecanismos de avaliação das políticas sociais (combate à fome, educação, saúde, assistência social, previdência, direitos humanos e direitos da criança, do adolescente e do idoso) e da política industrial e de comércio exterior, e ainda forneceu apoio técnico ao aprimoramento da gestão pública e das estatísticas sociais.
- Lançamento de 18 livros, resultado recorde, e consolidação da revista “Desafios do Desenvolvimento”, com a produção das 12 edições mensais

previstas. A revista, lançada em 2004 em parceria com o PNUD, tem contribuído para oferecer reflexões sobre os desafios econômicos e sociais lançados à nação brasileira e para ativar o debate na sociedade e no setor público quanto aos desafios da agenda do desenvolvimento do país, em temas de economia e tecnologia, sociedade e cidadania.

- Divulgação dos 3 boletins de rádio a cada semana, duas vezes ao dia, pelas emissoras da Radio Nacional, espaços que reproduzem e disseminam seus conteúdos, matérias e reportagens.
- Produção dos boletins de Acompanhamento da Conjuntura Macroeconômica, de Política Social e de Mercado de Trabalho, bem como de notas técnicas, e a projeção de variáveis macroeconômicas por meio do uso de modelos de previsão e a organização de eventos, atividades que visaram acompanhar, analisar e discutir a evolução econômica, políticas, programas e os gastos públicos nessas áreas, para oferecer à sociedade informações e análises relevantes sobre a implementação e avaliação de programas e políticas públicas, bem como para subsidiar a atuação de gestores e decisores políticos.
- O IpeaData continuou a operar, com atualização permanente; foram verificadas 484 mil visitas do público a esse serviço, o que representou aumento de 28% em relação a 2004, com cerca de 1,4 milhão de acessos ao banco de dados que acumula cinco mil séries de dados com informações sobre população, emprego, salário e renda, produção, consumo e vendas, além de indicadores sobre contas nacionais, finanças públicas, moeda e crédito.
- Organização de eventos técnicos tradicionais dirigidos ao público especializado, com destaque para apoio aos Encontros Anuais da Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia (ANPEC), da Sociedade Brasileira de Econometria (SBE), da Associação Nacional Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) e da Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística (ANIPES) e ao Fórum Nacional do Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE), e para a repercussão positiva e qualidade dos resultados obtidos. Além desses grandes eventos, o Ipea promoveu mais 180 outros eventos, entre palestras, seminários, workshops e encontros para discussão de temas da economia.

## DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

**Quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras:** a quantidade inadequada de recursos humanos na equipe executora impediu a instituição de superar as metas previstas. A dificuldade foi sanada em parte com a recente realização de concurso público (38 nomeações), que tão somente repôs a perda de servidores por decorrência de aposentadoria, exoneração e falecimento (inclusive de 24 dos 102 técnicos ingressados nos concursos feitos entre 1995 e 1998). O Ipea continua a perder pessoal técnico por conta de aposentadorias, de pedidos de exoneração decorrentes da aprovação de servidor em concurso público de outra instituição, e da cessão ao governo federal, aos governos locais e a instituições multilaterais. Já há que registrar a perda em 2005 de dois (2) pesquisadores ingressados em 2004, e a perspectiva de perda iminente para outras instituições públicas de outro técnico selecionado no concurso de 2004.

**Insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial:** a qualificação de recursos humanos na área gerencial é reduzida, dificuldade sanada em parte com a recente realização de concurso público (21 nomeações), que basicamente repôs a dispensa de 16 profissionais contratados através de projetos de cooperação técnica internacional (a chamada equipe-base). O Ipea continua a perder pessoal gerencial por conta de exoneração decorrente da aprovação em concurso público de outra instituição, e da cessão ao governo federal, aos governos locais e a instituições multilaterais. Há que registrar a perspectiva de perda iminente para outras instituições públicas de quatro (4) técnicos selecionados no concurso de 2005 e que acabaram de ser treinados.

**Dificuldades em licitações e celebração de contratos:** dificuldades em processos de licitação postergaram a renovação de equipamentos de informática. Além disso, Decreto Federal proibiu a contratação de servidores públicos por projetos de cooperação técnica internacional, o que impediu a contratação de professores de universidades públicas (pessoal extremamente qualificado que sempre tem apoiado o Ipea em seus estudos e pesquisas).

## OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Para o desenvolvimento do Estudo “Brasil – Estado de uma Nação”, o Ipea estabeleceu e estreitou parcerias com diversos órgãos de governo e instituições de pesquisa: MP, Ministério do Meio Ambiente (MMA), IBGE, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Subsecretaria de Comunicação Institucional da Secretaria Geral da Presidência da República (SECOM/PR), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Cândido Mendes (UCAM), Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), Petróleo Brasileiro S/A (Petrobrás) e Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás). O estudo especial sobre a Juventude teve apoio financeiro do projeto Agenda Estratégica do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para Estados e Municípios – PNAFE, executado pelo Ministério da Fazenda.

Como mecanismo de participação social, a Ouvidoria abriu mais um canal para o cidadão demandar informações sobre o Ipea e os seus resultados produzidos, bem como para reclamar e solicitar providências de aprimoramento por parte da instituição. Existem diversos fóruns formais e regulares pelos quais o Ipea estabelece interação com grupos de interesse específicos. No Rio de Janeiro, o Grupo de Acompanhamento de Conjuntura Econômica realiza reunião mensal com especialistas da área econômica e do mercado financeiro, nas quais seus modelos de previsão são discutidos. Em Brasília, existem diversos grupos de acompanhamento de políticas públicas, que realizam reuniões periódicas das quais participam a equipe técnica do Ipea e representantes de governo.

## RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

## RECENSEAMENTOS GERAIS

### OBJETIVO

Elaborar e disseminar informações de natureza estatística - demográfica e socioeconômica - e de natureza geocientífica: geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental.

### PÚBLICO-ALVO

Governo e sociedade.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 13.259.154,00	Empenho Liquidado: R\$ 1.362.630,00 Pago estatais: - Total: R\$ 1.362.630,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

Este programa não possui indicadores.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Necessidade de levantamento das características estruturais relativas ao total da população, unidades domiciliares e estabelecimentos agropecuários do país, na maior desagregação geográfica possível, usando conceitos, definições e classificações de aceitação internacional, de modo a subsidiar o estabelecimento de políticas públicas e fundamentar ações de planejamento públicas e privadas.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

- Correção de endereços em 38.000 setores censitários no âmbito das atividades do projeto "Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE), que subsidiarão a coleta de dados e a seleção de amostras para as pesquisas produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Isto equivale a 91 % do total dos endereços levantados no Censo 2000.

### DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Anã alocação de recursos orçamentários trouxe prejuízo direto para os dois principais projetos do programa: "Censo Agropecuário" e "Contagem da População". Embora tenham sido aprovados pelo Congresso Nacional R\$ 11 milhões (R\$ 6 milhões para

o Censo Agropecuário e R\$ 5 milhões para a Contagem da População), na forma de Crédito Especial, ainda no exercício 2005, estes não foram

Outra restrição detectada foi a paralisação dos servidores do IBGE de julho a agosto, prejudicando o Projeto CNEFE.

### **OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A sociedade, por meio das Comissões Censitárias Municipais, participa dos trabalhos censitários, desde as etapas preparatórias até o final da coleta de dados. Além disto, as comunidades auxiliam na instalação das equipes locais que executarão as operações. Cabe destacar também as audiências com prefeitos e vereadores, interessados na divulgação dos resultados das estimativas das populações municipais, visando auferir recursos oriundos do Fundo de Participação dos Municípios.

### **RECOMENDAÇÕES**

Não há recomendações.